

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.951 - DF (2020/0068310-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : SÉRGIO ROGÉRIO MACHADO DA SILVA
ADVOGADO : CLÓVIS POLO MARTINEZ - DF012701
RECORRENTE : LORENZETTI S/A INDÚSTRIAS BRASILEIRAS
ELETROMETALÚRGICAS
RECORRENTE : ODILA ALONSO
ADVOGADO : CLITO FORNACIARI JÚNIOR - SP040564
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LORENZETTI S/A INDÚSTRIAS BRASILEIRAS ELETROMETALÚRGICAS e ODILA ALONSO contra acórdão prolatado, por maioria, pela Quinta Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em sede de apelação, assim ementado (e-STJ fls. 881/882):

CIVIL. PROCESSO CIVIL. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRESCRIÇÃO. ESTATUTO DA OAB. PRAZO QUINQUENAL. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. PAGAMENTO POR ATOS. NÃO COMPROVAÇÃO. DIVISÃO DOS HONORÁRIOS. CABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA.

1. Conforme o artigo 25, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), é quinquenal o prazo de cobrança de honorários advocatícios e, em se tratando de relação cliente advogado, tem como termo inicial o trânsito em julgado da sentença.
2. Tem direito aos honorários sucumbenciais o advogado que atuou no processo, tendo recebido poderes para tanto por meio de substabelecimento, ainda que não tenha celebrado contrato diretamente com a parte.
3. Não havendo nos autos elementos que comprovem a representação processual do advogado com pagamento mensal ou apenas por atos, deve ser considerado como patrono constituído, tendo direito ao recebimento de metade dos honorários advocatícios sucumbenciais.
4. Preliminar de prescrição rejeitada. Apelações conhecidas e providas.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 962/969).

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 1.022, I, do Código de Processo Civil de 2015; 189 do Código Civil de 2002; e 26 da Lei n. 8.906/1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (e-STJ fls. 994/1.013).

Aduzem ter havido contradições na decisão recorrida, relativamente a questões relevantes para o deslinde da causa.

Alegam que o "[...] *suposto direito do advogado, ora recorrido, teria sido violado quando se deu o levantamento do numerário e a não entrega a ele de parte da quantia levantada [...]*" (e-STJ fl. 1.000).

Afirmam que a ação "[...] *havia nascido há mais de onze anos de quando houve a propositura da ação, de modo a estar clara a ocorrência da prescrição, contando-se o prazo do que efetivamente é o princípio da actio nata, ou seja, quando o numerário foi levantado, mas não entregue ao advogado recorrido [...]*" (e-STJ fls. 1.000/1.001).

Asseveram, ainda, que o Tribunal de origem "[...] *desprezou [...] por completo, ao aplicar um suposto critério de justiça, o voto condutor do acórdão a regra do art. 26 da Lei n. 8.906/84 que veda, ao 'advogado substabelecido, com reserva de poderes' cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe substabeleceu os poderes [...]*" (e-STJ fl. 1.002).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 1.030/1.031).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 1.040/1.041).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, no presente caso, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Não assiste razão às recorrentes.

De início, quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cumpre ressaltar que os embargos de declaração, ainda que

opostos para prequestionamento, são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como para sanar erro material, vícios inexistentes na espécie.

Assim, consoante entendimento consolidado desta Corte Superior, não é omissa, contraditória e obscura nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas, adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito. Nesse sentido: EDcl no AgInt nos EAREsp n. 931.889/MG, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Corte Especial, julgado em 13/8/2019, DJe 20/8/2019; EDcl no AgInt nos EREsp n. 1.330.215/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 26/6/2019, DJe 28/6/2019; AgInt no AREsp n. 904.673/PR, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 29/8/2016; EDcl nos EDcl no REsp n. 1.428.903/PE, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 25/8/2016; AgInt no AREsp n. 1.380.911/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 27/5/2019, DJe 3/6/2019; AgInt no AREsp n. 1.332.857/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 19/8/2019, DJe 22/8/2019; e AgInt no AREsp n. 1.313.520/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 24/6/2019, DJe 27/6/2019.

Desse modo, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos dos acórdãos cujas ementas abaixo transcrevo:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS, COMINAÇÃO DE MULTA E DESFAZIMENTO DE CONSTRUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO NÃO CONFIGURADO. CITAÇÃO VÁLIDA. SÚMULA 07/STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRELIMINAR REJEITADA. AUTARQUIA

ESTADUAL. INTERESSE. REDISTRIBUIÇÃO PARA VARA DE FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA EM RAZÃO DA PESSOA. CITAÇÃO PESSOAL POR OFICIAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE. JULGAMENTO: CPC/15.

[...]

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há falar em violação dos art. 1.022, I e II, 489, II, e 1.013 do CPC/15.

[...]

11. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido. (REsp n. 1.758.748/AM, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 24/9/2018).

AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, II, 1.013, § 1º, E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL AFASTADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. Não há falar em violação dos arts. 489, II, e § 1º; 1.013, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada.

2. A tutela jurisdicional foi efetivamente prestada, apenas em desconformidade com os interesses da parte recorrente, circunstância que não revela nenhuma irregularidade no julgamento *a quo*.

[...]

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.251.735/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/6/2018, DJe 14/6/2018).

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça.

De outra parte, ao solucionar a controvérsia, o Colegiado local, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, afastou a prescrição e reconheceu que a pretensão da cobrança de honorários advocatícios tem prazo prescricional de cinco anos, com base nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 898/909):

[...] **Desembargador SEBASTIÃO COELHO - Vogal e Relator Designado**

[...]

No caso, a prescrição a ser aplicada é a prevista no artigo 25, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), que prevê:

Art. 25. Prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo:

I - do vencimento do contrato, se houver;

II - do trânsito em julgado da decisão que os fixar;

III - da ultimização do serviço extrajudicial;

IV - da desistência ou transação;

V - da renúncia ou revogação do mandato.

[...]

Aplica-se ao caso o inciso II do referido artigo, uma vez que seria impossível e antiético exigir que o profissional cobre honorários advocatícios de seu cliente enquanto ainda o representar em Juízo ou a ação que os fixar ainda estiver em curso.

[...]

Com isso, em consulta ao sítio deste Tribunal, no tocante ao Cumprimento de Sentença nº 1998.01.1.1585-0, a sentença transitou em julgado no dia 22/02/2013, com término do prazo quinquenal somente em fevereiro de 2018.

Como a Ação de Cobrança nº 2014.01.1.074439-0 foi ajuizada em 16/05/2014, não há se falar em prescrição.

Quanto à Ação de Cobrança nº 2014.01.1.074448-8, que visa o recebimento dos honorários advocatícios decorrentes do Cumprimento de Sentença nº 1998.01.1.15886-8, verifico que não transcorreu o prazo prescricional, pois o cumprimento de sentença transitou em julgado no dia 05/08/2011, tendo a ação sido ajuizada em 16/05/2014.

[...] não é exigível do advogado demandar contra o seu cliente no curso da causa que ele está a patrocinar. Então, enquanto não encerrar a atividade em que ele está a defender o seu cliente, não pode ocorrer a prescrição contra ele, porque seria, a meu sentir, exigir que o advogado exercesse um direito para perder o cliente.

Mais ainda nesse caso em que ele pede a repartição dos honorários em 50%. Há uma informação nos autos de que até a ilustre Advogada, a quem ele também coloca no polo passivo da ação,

também não teria recebido os honorários.

Por quê? Porque ela é advogada contratada, funcionária da Lorenzetti.

Portanto, os honorários foram revertidos em favor da própria Lorenzetti [...] a Lorenzetti ficou com a metade dos honorários de sucumbência. Isso não pode. O advogado, às vezes, se submete a isso para ter um contrato. É até compreensível, mas ele, ao deixar a relação de trabalho, pode buscar todos esses honorários, porque isso é um abuso do direito dessas empresas.

Afasto a prescrição.

[...] **Desembargador ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO - Vogal**

[...]

Após verificar detidamente o feito e as provas nele contidas, acompanho o voto do Ilustre 2º Vogal Des. Josaphá Francisco em sua integralidade.

Quanto à prescrição de mérito, verifico até o presente momento que todos os votos foram divergentes. Porém, vejo que a tese adotada quanto à prescrição do direito de fundo da ação, levantada pelo I. Vogal é a mais aceitável em relação ao caso concreto.

Conforme seu voto, "*em que pese a existência da relação advogado - cliente entre as partes, não se aplica o prazo prescricional de cinco anos previsto inciso II do art. 25 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/94), pois específico para os casos em que o patrono da parte vencedora pugna, em cumprimento de sentença, pelos honorários sucumbenciais em face da parte vencida, nos autos da ação em que atuou*".

E no caso dos autos, verifica-se também que não há cobrança entre advogados, a atrair a prescrição geral decenal do art. 205 do Código Civil.

A meu ver, houve tão somente atuação conjunta entre os advogados, que não tinham acordo firmado a respeito da divisão da verba honorária sucumbencial, que foi indevidamente apropriada pela parte apelada a Lorenzetti S/A, razão pela qual deve ser aplicado ao caso a prescrição trienal do art. 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil, por configurar o enriquecimento sem causa por parte da apelada.

[...]

Com essas considerações, acompanho, na integralidade, o voto do Eminentíssimo 2º Vogal, Des. Josaphá Francisco.

[...]

Como se vê, a Corte de origem decidiu a controvérsia com base nos fatos e provas constantes dos autos, não reconhecendo a incidência da prescrição na espécie, de sorte que a modificação do acórdão recorrido importa em reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça: "*A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial*".

Além disso, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Corte Superior no sentido de que é aplicável a prescrição quinquenal, artigo 25, II, da Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), em ação de cobrança de honorários de advogado. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RENÚNCIA AO MANDATO. TERMO INICIAL PARA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO QUE FIXAR OS HONORÁRIOS. AÇÃO RESCISÓRIA PROCEDENTE.

1. A prescrição relativa a honorários de sucumbência é quinquenal, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei n. 8.906/94 (EOAB), que prevê a fluência do prazo de cinco anos a contar do trânsito em julgado da decisão que fixar a verba.

2. Ainda que tenha havido renúncia do mandato, a *actio nata* é o ponto central da teoria da prescrição, sendo assim, o trânsito em julgado da decisão que fixa os honorários é o marco inicial da prescrição da sua cobrança, pois apenas nesse momento o advogado torna-se titular do direito.

3. Ação Rescisória procedente, para fixar os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigidos.

(AR n. 4.718/SP, Rel. p/ acórdão MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 24/3/2014 – sem destaques no original).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 ANOS PREVISTO EM LEI ESPECIAL. TERMO INICIAL. PRINCÍPIO DA *ACTIO NATA*. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 25, II, do EOAB, a execução dos honorários

advocatícios sucumbenciais deve ser feita no prazo prescricional de 5 (cinco) anos, em regra, contados a partir do trânsito em julgado da sentença que os arbitrou.

2. Todavia, na hipótese dos autos, a contagem do prazo para se aferir a ocorrência de prescrição deve observar o princípio da *actio nata*, pois o fluxo do lapso prescricional somente se inicia quando há pretensão exercitável por parte daquele que suportará os efeitos do fenômeno extintivo.

3. Neste caso, o termo inicial a ser computado deve ser o da adjudicação do imóvel pelo réu, a qual se deu no ano de 2006, a partir de quando seriam devidos os honorários sucumbenciais.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.154.146/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/3/2019, DJe 28/3/2019 – sem destaques no original).

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO E COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. SERVIÇOS CONTRATADOS VERBALMENTE COM OBRIGAÇÃO DE PAGAR SUBMETIDA À CONDIÇÃO *AD EXITUM*. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. PRAZO PRESCRICIONAL QUE COMEÇA A FLUIR DO ENCERRAMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO QUE SE PRESUME ONEROSO.

[...]

3. O prazo prescricional para exercício da pretensão de arbitramento e cobrança de honorários advocatícios é de 5 (cinco) anos, contados do encerramento da prestação do serviço (trânsito em julgado da decisão final, último ato praticado no processo, ou revogação do mandato).

[...]

6. Recurso especial não provido.

(REsp n. 1.748.404/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "O prazo prescricional para exercício da pretensão de

Superior Tribunal de Justiça

arbitramento e cobrança de honorários advocatícios é de 5 (cinco) anos, contados do encerramento da prestação do serviço (trânsito em julgado da decisão final, último ato praticado no processo, ou revogação do mandato)" (REsp n. 1748404/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018).

2. Inadmissível o recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.502.317/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2019, DJe 19/12/2019).

Incide, dessa forma, a Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça, visto que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, não merecendo reparo quanto ao tema.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial e, ainda, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora